



Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais

<https://revistas.ufrj.br/index.php/emetropolis>

ARTIGO

Salvador e as marcas do tempo: da cidade fortaleza à cidade global

Salvador and the marks of time: from fortaleza city to global city

Rodrigo Mauricio Freire Soares¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a cidade de Salvador a partir de aspectos relacionados à sua história, planejamento urbano, cultura e comunicação, assim, dimensões que impactam na percepção de uma marca para a cidade. A marca apresenta-se como a idealização de um construto de significados que se manifesta e é apreendido pelos canais de recepção e opinião pública. As noções de marca, pensadas outrora apenas para produtos e serviços, podem ser aplicadas também às nações, regiões e cidades, perfazendo uma perspectiva do lugar enquanto um fenômeno comunicacional passível de *branding*. A dimensão analítica do artigo se dá a partir de uma pesquisa de natureza histórica e levantamento documental sobre aspectos relacionado ao desenvolvimento de Salvador, e que lhe conferiu visibilidade, estabelecendo diálogos com as tipologias da “cidade fortaleza”, da “cidade invisível”, da “cidade criativa” e da “cidade mercado”. Como resultado, observa-se que as tensões entre essas múltiplas visões de cidade conferem a Salvador os seus atributos enquanto marca, sendo essa uma construção processual que depende das políticas públicas empreendidas pelos entes governamentais e da construção cotidiana empreendidas pela diversidade de atores sociais locais.

Palavras-chave: Marca cidade; Salvador; identidade; planejamento urbano; *branding*.

ABSTRACT

This article aims to present the city of Salvador from aspects related to its history, urban planning, culture, and communication—dimensions that impact the perception of the city's brand. The brand is presented as the idealization of a construct of meanings that is manifested and perceived through reception channels and public opinion. The notions of branding, once thought only for products and services, can also be applied to nations, regions, and cities, offering a perspective of place as a communicational phenomenon subject to branding. The analytical dimension of the article stems from historical research and a documentary survey on aspects related to the development of Salvador, which have conferred visibility on the city, establishing dialogues with the typologies of the "fortress city," "invisible city," "creative city," and "market city." As result, it is observed that the tensions between these multiple visions of the city confer Salvador its attributes as a brand, being a processual construction that depends on the public policies undertaken by governmental entities and the daily construction carried out by the diversity of local social actors.

Keywords: City branding; Salvador; identity; urban planning; branding.

¹ Universidade do Estado da Bahia. *email:* rmsouares@uneb.br

Introdução

Desde a sua criação, a cidade de Salvador tem experimentado diferentes significados construídos em torno da sua territorialidade e da imagem que projeta. A “cidade fortaleza” do império português teve outros sentidos evocados ao longo do seu desenvolvimento histórico. Na contemporaneidade, a marca sob a qual repousa uma percepção de Salvador transita entre os seus aspectos culturais e criativos como seus elementos distintivos principais, convivendo, contudo, com a mercantilização do espaço e os interesses econômicos influenciando as decisões políticas. A cidade enquanto um fenômeno de construção e negociação de sentidos é, portanto, o foco deste artigo, cujo percurso analítico fará uma incursão sobre aspectos históricos da cidade e os significados que foram sendo incorporados à Salvador ao longo dos anos. Os documentos acessados para análise foram, além da produção acadêmica sobre cidades, os projetos e programas da administração municipal. Ainda que a ideia de marca seja uma construção que envolva diferentes atores (cidadãos, turistas, opinião pública, dentre outros), o recorte neste estudo tem como foco a ação das administrações municipais e como diferentes perspectivas de cidade foram sendo observadas em projetos e programas do ente municipal governamental.

Na primeira seção deste artigo são apresentadas características político-administrativas de Salvador. Em seguida, em a “cidade fortaleza e seus marcos históricos”, é feita uma síntese de acontecimentos relevantes para o seu desenvolvimento, desde a época colonial às aceleradas transformações vividas nos séculos XX e XXI. Na seção “a cidade invisível: o direito à cidade e dimensões do não-visto” são problematizadas quais lógicas mantêm relação com a visibilidade da cidade, sob a perspectiva dos atores sociais presentes ou ausentes nas discussões sobre Salvador. Considerando que os fatores de diferenciação dos lugares não se restringem aos aspectos espaciais e geográficos das cidades, mas que a cultura é tida como elemento central na formatação da sua imagem, a quarta seção intitulada “a cidade criativa: cultura e arquétipos na criação da imagem soteropolitana”, posiciona o lugar da criatividade como bem simbólico de Salvador na contemporaneidade. O binômio cultura e turismo integra também a análise, que culmina com o debate sobre as dinâmicas mercantis em “a cidade mercado: da mercantilização do espaço à especulação imobiliária”, observando-se como a visão neoliberal e as lógicas econômicas incidem sobre Salvador e sua percepção como marca.

Os procedimentos metodológicos incluem levantamento bibliográfico e documental sobre a cidade de Salvador, além da adoção do método de rastreamento de processos. Ao adotarmos uma perspectiva longitudinal para a análise, estamos explorando a relevância dos processos que ocorrem ao longo de diferentes períodos – resultado de diferentes administrações municipais - e cujas relações de causalidade podem ser rastreadas e correlacionadas à luz do momento e contexto históricos. O método de rastreamento de processos (*process tracing*), de natureza indutiva, é utilizado para revelar mecanismos e relações causais, sendo caracterizado por: (i) ser fortemente utilizado para analisar contextos e processos históricos; (ii) ser utilizado para análise e correlação de distintas visões e teorias; (iii) basear-se no entendimento do mecanismo de causalidade, nos fatores que concorrem para a ocorrência de um dado fenômeno (George E Bennett, 2005).

Para compreender o desenvolvimento da marca da cidade de Salvador ao longo do tempo, buscamos correlacionar aspectos históricos que contribuíram para uma compreensão da cidade, que perpassam a ideia de cidade fortaleza, cidade mercado e cidade criativa, evidenciados em documentos, planos e programas com maior ênfase no período de pós-redemocratização (a partir de 1986). Sobre a cidade fortaleza, tal tipologia é aqui evocada a partir de função de defesa do território soteropolitano no período colonial. As dimensões criativa e de mercado são apresentadas como desdobramentos de natureza histórica, a partir do momento em que a cidade busca trabalhar a sua identidade como fator concorrencial e as lógicas de mercado, sejam essas da especulação imobiliária ou da formatação da cidade para atender prioritariamente ao turismo, que passam a nortear as intervenções urbanas. A cidade invisível pode ser definida como o âmbito desta pesquisa

pela maneira que está à margem desta cidade feita para o consumo turístico. Ou seja, chama-se atenção aqui para esta cidade "real", que existe para além das construções imagéticas para o outro que se estabelecem sobretudo sob a perspectiva do turismo.

Breve categorização sociodemográfica

A cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil, e tornou-se, ao longo dos anos, um território cujo setor de serviços apresenta-se com grande destaque, especialmente as atividades e as cadeias produtivas relacionadas ao segmento turístico. Inicialmente, a divisão territorial da cidade restringia-se apenas à cidade alta e à cidade baixa devido ao seu terreno acidentado, estendendo-se ao redor da Baía de Todos os Santos em um formato triangular, tendo o Farol da Barra como seu vértice. Apesar de sua fundação planejada na região do atual Centro Histórico, o crescimento da capital ocorreu de forma espontânea ao longo do tempo. Somente no início do século XX foi realizada uma reforma territorial estabelecendo a divisão da cidade em 11 distritos e, posteriormente, em 1987, em 18 zonas político-administrativas. Mais recentemente, em 2007, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) estabeleceu 16 regiões administrativas, mas em 2014, uma revisão desse Plano reduziu-as para 10 regiões, vinculando-as ao mesmo número de prefeituras-bairro.

Os dados do IBGE de 2022 indicam que Salvador possuía 2.417.678 milhões de habitantes, sendo uma das cidades mais populosas do país, ainda que seja possível observar uma queda em relação aos últimos recenseamentos. No que se refere à renda, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo é de 36,8%. Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (AtlasBR)², Salvador possui índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,759, ocupando a posição 383^ª no país, dentre o universo de 5568 municípios brasileiros. Os dados do AtlasBR ainda indicam que o índice de Gini³ no município passou de 0,64 em 2000 para 0,63, em 2010. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2021, a taxa que indica o trabalho informal em Salvador representava 32,2% do total da população ocupada em 2016. Os dados sociodemográficos indicam uma cidade ainda marcada por expressivas desigualdades sociais, e cuja importância na história brasileira convive com múltiplas dinâmicas de desenvolvimento e diferentes visões de cidade.

A cidade fortaleza e seus marcos históricos de desenvolvimento

Uma cidade que nasceu com a função de ser a fortaleza central do Brasil colonial teve, nos seus primeiros séculos, a necessidade de voltar-se ao planejamento e à estratégia dada a sua função de defesa do território. A primeira capital do país - e essa talvez seja a sua primeira marca - organizou-se ao longo dos anos tal qual seus contornos geográficos: repleta de altos e baixos, e em estado permanente de mudanças, ora como cidade com a finalidade de defesa, ora como uma cidade cujo porto buscou se abrir posteriormente para o mundo. As suas mudanças não são apenas físicas, mas sobretudo simbólicas, pois revelam profundas transformações ao longo dos seus 475 anos de existência⁴. Salvador ocupou um lugar central frente a outras cidades no período histórico de sua fundação, e como lembrou

² O Atlas Brasil é fruto da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br/> >

³ O Índice de Gini é uma medida estatística utilizada para medir a desigualdade de renda em uma determinada população. O índice varia de 0 a 1, em que 0 representa a igualdade perfeita, ou seja, todos os indivíduos têm a mesma renda, e 1 representa a desigualdade máxima, em que uma única pessoa detém toda a renda e os demais não possuem renda alguma.

⁴ 475 anos completados em 29 de março de 2024.

Milton Santos, “pode-se dizer, de certo modo, que nasceu predestinada ao papel de metrópole” (Santos, 1956, p. 190).

No século XVII, a ocupação urbana de Salvador ainda era muito difusa, com o transporte feito por tração animal, devido à topografia peculiar da cidade. O ciclo açucareiro do Recôncavo Baiano, no século XVIII, trouxe riquezas à cidade, permitindo investimentos que impactaram diretamente sua configuração espacial, como a construção de igrejas, conventos e outras edificações, acompanhadas por uma gradativa expansão do comércio. A transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, reduziu este papel central de Salvador, implicando em “perdas econômicas, urbanísticas e de influência que Salvador teria nos séculos seguintes, sobretudo sua saída definitiva como cidade mais importante no cenário nacional.” (Britto et al., 2017, p. 111). Reitera-se como característica deste período que Salvador perdera “o capital político, econômico, social e simbólico que porventura uma sede do império português poderia proporcionar na América. Para a primeira cidade-capital, restaram as glórias do passado” (Pedro, 2017, p.336).

O processo de urbanização de Salvador se deu de forma lenta no século XIX e início do século XX, sendo uma economia de pouca base industrial, ocupando um papel secundário na economia do país à época, sendo refém de um modelo agroexportador. A Revolução Industrial teve impactos na paisagem da cidade, com a inauguração da iluminação a gás, em 1862, e as linhas de trens a vapor que ligavam o centro aos bairros periféricos. A crise da economia baiana (cana de açúcar) e a depressão econômica ocidental imprimiram à Salvador uma feição econômica muito similar ao seu período colonial. No período de 1906 a 1930, foi construída a região portuária e todo o seu entorno foi modernizado, intensificando de forma significativa não apenas as relações comerciais, mas conferindo uma nova feição à cidade, com a criação de novos quarteirões, entrega de ruas e calçadas drenadas, que também eram iluminadas eletricamente. Ainda assim, Salvador tinha uma indústria muito concentrada na região da península de Itapagipe, com uma dinâmica econômica incipiente, sendo dependente do escoamento de produtos vindos do Recôncavo Baiano.

Os desafios de deslocamento e transporte na labiríntica Salvador, cuja geografia de uma cidade alta e uma cidade baixa imprimiam um enorme desafio de modernização à rede de serviços urbanos, conferiu ao tema da mobilidade um status relevante para a Salvador do início do século XX. Neste contexto, o Elevador Lacerda pode ser visto como um marco deste período, passando por uma grande reforma em 1908 que buscou “construir uma nova imagem de cidade moderna, que começou no início do século XX com a grande reforma urbana” (Jacques et al., 2014, p. 90). O Elevador, nesse período, emerge como marco futurista da cidade, como “máquina da velocidade”, acompanhado do processo de substituição dos bondes por ônibus. A pesquisadora descreve a influência do movimento futurista de Antonio Sant’Elia (1914) e Filippo Tommaso Marinetti (1909)⁵ naquele momento, que culminaria posteriormente em correntes de pensamento que estiveram presentes na Semana de Arte Moderna em 1922. O Elevador tornou-se um elemento integrador da marca da cidade de Salvador a esta aura de modernidade do início do século XX, tendo se tornado nas décadas posteriores um patrimônio cultural que integra a lógica de *city marketing*, ou de criação da imagem da cidade para um público externo:

Sonhado por Antônio de Lacerda no século XIX, tombado como patrimônio histórico no século XXI, parece ser hoje mais um ícone turístico banalizado, mais um cenário espetacularizado para turistas, do que o símbolo de um sistema de um transporte público inovador, embora seu uso intenso e popular, ainda nos dias atuais, parecer mostrar exatamente o contrário. Sem dúvida alguma, a complexidade e

⁵ Filippo Tommaso Marinetti publicou o “Manifesto del Futurismo”, no jornal *Le Figaro*, em 1909 e Antonio Sant’Elia, apresentou seu projeto de cidade futurista em *La città nuova*, publicando em 1914 o manifesto “A arquitetura futurista”, na qual os elevadores representavam a inovação daquele tempo.

ambiguidades urbanas do “eterno país do futuro”, em particular a coexistência de vários tempos e temporalidades em diferentes anacronismos urbanos (Jacques et al., 2014, p. 94)

Curiosamente, o tema da mobilidade é algo recorrente na história de Salvador, sendo um elemento discursivo utilizado por gestores público ao buscarem se aproximar de uma perspectiva de “inovação”. Décadas após o Elevador Lacerda simbolizar a inovação trazida pela mobilidade, tem-se, nas décadas de 1980 e 1990, as discussões sobre veículos leves sobre trilhos (VLT), o metrô e sua predominância acima da superfície e, mais recentemente, e já no século XXI a implantação dos BRTs (*Bus Rapid Transit*).

O processo de urbanização da cidade em descompasso com o poder aquisitivo dos habitantes levou a multiplicação de “invasões”. Ressalta-se que o termo “invasões” se refere a uma categoria nativa criada pela população local, a qual Souza (2001) definiu como áreas periféricas estabelecidas por ocupações populares de natureza coletiva. A especulação imobiliária já se fazia presente nesta época e a falta de políticas públicas adequadas agravaram a situação, contribuindo para a precarização das condições de vida da população urbana. A cidade de Salvador recebia um grande fluxo de migrantes vindos do interior da Bahia, o que fez com que suas áreas centrais apresentassem uma maior densidade populacional. Como resultado, surgiram bairros com condições habitacionais precárias, que abrigaram tanto os novos moradores da cidade como aqueles que não possuíam recursos para viver em áreas mais nobres.

Em 1943, foi criado o Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (EPUCS), pelo engenheiro Mario Leal Ferreira. Representa um marco estratégico na história da cidade em termos de planejamento urbano, sendo a instância que produziu uma série de planos, que seriam os embriões da Salvador contemporânea, por contemplar aspectos não apenas físicos da cidade, mas variáveis econômicas e sociais. Com a criação do EPUCS, foi elaborado o Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador. A formulação da ideia de interesse público presente na proposta do EPUCS diferia significativamente de uma abordagem técnica e propagandística da cidade, que pode ser vista, por exemplo, nos planejamentos da Salvador contemporânea.

No final da década de 1960, inicia-se o processo de verticalização das áreas nobres e ocupação de novas áreas ao longo da Av. Paralela, criando-se um vetor de desenvolvimento urbano para o litoral norte, e da Orla Atlântica, que trouxe novos espaços de ocupação, sobretudo das classes mais altas e de maior poder aquisitivo. São desse período as políticas desenvolvimentistas, -notadamente a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966, e do Polo Petroquímico de Camaçari – que tiveram reflexos em Salvador, sobretudo em sua economia e na atração de moradores: muitos residiam em Salvador e trabalhavam em Camaçari e na região metropolitana.

A instauração do Complexo Petroquímico gerou efeitos benéficos à Salvador, resultando no surgimento de uma classe média em ascensão e criando maior demanda por produtos e serviços. Na década de 1960, a criação do sistema de avenidas de vale e, posteriormente, a criação do primeiro shopping center da cidade, na década de 1970, se constituíram como elementos simbólicos deste momento de modernização. Neste período, Salvador experimentou um grande crescimento populacional, com aproximadamente 1,5 milhão de residentes como resultado de um fluxo migratório intenso.

Ainda na década de 1970, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador (PLANDURB), sendo esse um avanço significativo para a capital baiana por definir os vetores de expansão do município, e se propor a enxergar a cidade sob uma perspectiva estratégica. A elaboração do PLANDURB se deu historicamente em um contexto de crescimento econômico de algumas cidades brasileiras, resultante do êxodo rural e migrações internas que aceleraram os processos de urbanização e metropolização de diversas capitais brasileiras, entre as quais Salvador. Como afirma o professor Antônio Heliodorio Sampaio, que integrou a equipe responsável pela elaboração do PLANDURB, o plano “emergiu de um contexto transitório, entre o autoritarismo político e econômico de

um regime militar que se dissolvia e uma crença generalizada num planejamento sistêmico” (Sampaio, 2002, p. 191).

Faz-se necessário pontuar que o planejamento urbano vem acompanhado de um processo de construção de marcos legais e históricos, que impactaram o desenho da cidade. Destacam-se a criação de um novo órgão, OCEPLAN, como instância responsável por iniciar um novo ciclo de planejamento municipal, a instauração da Região Metropolitana de Salvador, em 1973, e a transformação do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER) em órgão metropolitano, em 1974. Este processo de criação de novas instâncias institucionais vem acompanhado das mudanças de correntes políticas que visualizam, cada qual à sua maneira, a própria cidade. Como afirmou Sampaio (2002, p. 188) “o planejamento de Salvador, como de resto o planejamento das cidades brasileiras, é feito de modo descontínuo – ou seja, reflete a própria descontinuidade político administrativa do país sobre a res-pública (leia-se a coisa pública).”

A elaboração do PLANDURB se deu no contexto histórico da ditadura militar, o que implicou em uma abordagem centralizada e tecnocrática. O plano definiu a cidade em quatro zonas de uso do solo: zona urbana, zona de expansão urbana, zona rural e zona especial de interesse turístico. Apesar de ser um marco importante, esse plano não contemplava questões como participação popular e direito à cidade, temas que foram incluídos décadas depois no Estatuto da Cidade e nos planos diretores mais recentes de Salvador (pós anos 2000).

Apenas em 2004 foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), ainda que a Constituição de 1988 já citasse a obrigação de que municípios a partir de 20 mil habitantes tivessem um Plano Diretor, o que apenas se efetivou a partir do Estatuto das Cidades, de 2001. O PDDU, criado em 2004, é citado por alguns pesquisadores como uma mudança de paradigma para a cidade, no que se refere aos gabaritos da edificações, “no sentido de possibilitar um melhor aproveitamento dos espaços da orla, favorecendo sua renovação urbanística, edilícia e econômica” (Teixeira, 2006, p. 8), enquanto o PDDU de 2008 é recorrentemente retratado como um plano que reforçou aspectos da cidade como uma espaço de negócios, pois “contemplou os interesses privados em detrimento do interesse público, estando longe de incentivar a produção de espaços urbanos mais generosos e inclusivos, (...) que incentivem e renovem a vida urbana.” (Britto et al, 2017, p. 121).

Perfis e vocações de Salvador ao longo das décadas

Podemos correlacionar o desenvolvimentismo observado pós 1940 e as lógicas de mercado que passam a incidir mais recentemente na cidade (a emergência do capital imobiliário, os investimentos em infraestrutura, dentre outros) como parte de um processo de construção de uma marca cidade, uma vez que “as cidades prosperam com base em suas características nativas (ou seja, a presença de infraestrutura crítica ou espessura institucional)” (Doel e Hubbard, 2002, p. 352. trad. nossa).

Ao pensarmos a marca Salvador, como ela se estabeleceu ao longo do tempo, sua identidade é influenciada por este pensamento de ordenamento da cidade. O crescimento errático das metrópoles, fenômeno observável em diversas capitais do mundo, pode ser visto com clareza em Salvador em que os mecanismos de mercado sob a lógica global de competitividade passam a reger os modos de viver dos grandes centros urbanos.

Nas décadas finais do século do XX, Salvador passou a fomentar os segmentos de turismo e cultura como segmentos principais de uma estratégia de alavancagem do setor de serviços. Esse foco nos serviços não é um traço exclusivo de Salvador, mas integra uma lógica, que se observou sobretudo a partir dos anos de 1990, das cidades em explorarem as suas características locais (infraestrutura física, mão e obra local, dentre outros) como vantagens competitivas. Arantes e Pereira (2020) citam as práticas de “empresariamento dos governos urbanos”, que consistem na implementação de uma lógica competitiva que se evidencia como um traço característico da globalização. Neste contexto, segundo os autores,

as cidades passam a ser geridas como empresas e em prol dos negócios. Tal processo pôde ser observado em Salvador, tendo a cultura a serviço do turismo como um elemento central neste processo.

Já não estamos falando da cidade-fortaleza do império português, mas de uma cidade cujo papel de defesa foi sendo reconfigurado, passando a ter como objetivo não mais proteger o seu território, mas estar aberto a receber visitantes. Desta sua relevância política e econômica do período colonial às fases de releituras do seu papel global, como um território que se propõe a ser cosmopolita, Salvador tem na diversidade de sua cultura o seu traço mais representativo e “comercializado” discursivamente como um bem cultural.

A compreensão da cidade de Salvador articula-se com construtos teóricos trabalhados por alguns autores e que traremos aqui para reflexão: a cidade invisível e o direito à cidade (Lefebvre, 2001), a cidade global (Sassen, 1991), a cidade criativa (Florida, 2002) e a cidade mercado (Harvey, 2001). Essas denominações ou tipologias de cidades podem ser associadas a Salvador, e veremos como essas correlações podem ser observadas a partir de estudos e pesquisas desses autores.

A cidade invisível: o direito à cidade e dimensões do não-visto

Deixando a lógica da “cidade-fortaleza” do império português e pensando Salvador sob a ótica de uma cidade que busca uma abertura ao mundo e acesso a novos mercados, esta busca tem passado pela reprodução do capital em suas ações de turismo e de consolidação de aspectos de sua cultura. Coelho Neto, Lhamas e Ferreira (2021) nos apresentam como a cultura é usada como reforço de um lugar favorável, por meio de um “processo de gestão da marca como um esforço de criação de significados culturais” (Coelho Neto et al, 2021, p. 235). É a cultura vista em seu esforço de distinção, como reforço da imagem de um território, que pode ser um país, uma cidade ou um bairro, por exemplo. Neste caso, evidencia-se o esforço para ser visível, para destacar aspectos singulares que possam se constituir em elementos favoráveis de “vantagem competitiva” (Anholt, 2010). Contudo, a cidade que busca trabalhar uma imagem, também é feita por aqueles que não são visíveis, ou que tem os seus direitos a viver a cidade cerceados ou limitados.

Neste sentido, uma questão que se apresenta ao pensarmos Salvador é: que outras “cidades”, dentro de Salvador, permanecem invisíveis ou perdem a “batalha” pela visibilidade? A construção da invisibilidade é também orientada por interesses de classe e interesses sociorraciais, da mesma forma que a visibilidade muitas vezes é vinculada conscientemente aos interesses do capital. Ou ainda, tem-se, por vezes, a visibilidade de uma “cidade efêmera”, como aquela que se edifica e funciona apenas durante o carnaval, com itinerários próprios. Gey Espinheira (2002) ao falar deste campo de invisibilidade, trouxe a ideia de uma cidade dissimulada que se adapta a este outro (ao turista, ao visitante), modelando a sua cultura a uma experiência de consumo específica.

Do encantamento dos viajantes que a viam como uma formação social *sui generis* no Ocidente, ao deslumbramento que tem os turistas que a visitam e que mergulham na mistificação da baianidade, Salvador, ou melhor, a cidade da Bahia, apresenta-se em toda singularidade e procura satisfazer a essa gente na correspondência de uma imagem confusa de sua identidade (Espinheira, 2002, p. 25)

O autor ainda pontua que, na medida em que o lugar do indivíduo na estrutura social diverge daquele no qual ele está na construção simbólica cultural, há uma identidade que se apresenta confusa. Neste sentido, Salvador como “terra da felicidade”, ou mesmo a Bahia como o lugar de “todos os santos” não encontra respaldo integral na vivência real da cidade. As desigualdades sociais e as disputas religiosas contrárias à lógica do sincretismo, por exemplo, tornam a ideia da criação desta baianidade sem conflitos ou assimetrias, um construto que se impõe, como um simulacro do real. Outras concepções que igualmente detêm visibilidade, como a ideia da festa como um estado permanente da cidade, por

exemplo, implicam em apagamentos de determinados traços ou elementos que constituem este território. As tradições enquanto invenções e adaptações históricas são responsáveis pela ideia de baianidade tão comum em Salvador, cuja construção em muito se dá pela produção artística e cultural. É durante a década de 1970 que o processo de “reafricanização” (Espinheira, 2002) de Salvador ganha força, tendo a festa, materializada sobretudo no carnaval, como a invenção da liberdade. A dissimulação da cidade e dos seus invisíveis é também estratégia de resistência, a partir de elementos lúdicos e da própria religiosidade.

As concepções de marca lugar problematizam sobre a necessidade de que os moradores tenham uma percepção positiva sobre a cidade. Como bem observa Reis (2012), os atributos da marca cidade estão intrinsecamente ligados às experiências das pessoas com as evidências físicas do local. Esses atributos têm o poder de despertar associações positivas com a cidade, bem como influenciar os relacionamentos que se formam entre o público e a marca. Tal percepção passa por vivenciar a cidade plenamente, e relaciona-se com o direito de acesso igualitário a todos os recursos e oportunidades inerentes a cada indivíduo, entendendo as cidades como espaços de convivência, encontro e participação política. Nesse sentido, este direito abrange não apenas a moradia adequada, mas também o acesso a serviços públicos de qualidade, transporte eficiente, espaços verdes, equipamentos culturais e esportivos, dentre outros.

Milton Santos discutiu sobre o espaço como reprodução da vida, e não da lógica mercantil em série, no qual, sob uma visão humanizada, o espaço constitui-se em um projeto político. A participação ativa dos cidadãos na definição das políticas urbanas e na gestão dos espaços públicos, a fim de evitar processos de exclusão e gentrificação, implica na garantia que os benefícios do desenvolvimento urbano sejam compartilhados por todos, independentemente de sua condição socioeconômica. Ao pensarmos a cidade de Salvador a partir das diferentes lógicas do capital envolvidas em seu reforço a aspectos culturais tendo como foco o turista, perde-se a compreensão de que esta imagem se constrói em uma dimensão relacional. Espinheira refere-se a esse processo a partir da valorização do local e de suas memórias, tratando-o como:

“fermentação da própria imagem, pois essa é construída na relação entre o habitante e o outro, as representações que um faz do outro, na recíproca assimilação ou na internalização de uma imagem feita pelo outro, que lhe é devolvida como simulacro”(Espinheira, 2002, p. 31).

A administração pública municipal tem, sob essa perspectiva, um papel importante neste processo de regulação entre a cidade, que busca consolidar seus traços constitutivos para atração de visitantes, e o bem-estar daqueles que moram e que fazem a cidade, assegurando-lhes os seus direitos ou mesmo a constituição do “comum” (Hardt & Negri, 2009).

Cordiviola (2002) ao problematizar sobre a invisibilidade de Salvador, ou sobre quais aspectos dela parecem ser resultados de uma ocultação construída, nos chama atenção sobre duas perspectivas de cidade. Primeiramente, o pesquisador nos chama atenção para cidades que posicionam o urbanismo como operador de sua cultura, e para isso usa o conceito de Angel Rama (1986)⁶ sobre “cidade ordenada”, em que a organização do espaço se sobrepõe à dinâmica da cidade real, aquela que se experiencia e perfaz o cotidiano. O autor cita, como exemplo, que a Lei de Ordenamento e Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), de Salvador, estrutura-se a partir de duas categorias: (i) empreendimentos e (ii) atividades. Em ambos os casos, legisla sobre a figura do que é público e do que é privado, no

⁶ No livro "A Cidade Letrada", Rama explora como, desde os primeiros momentos da formação das Américas e das primeiras cidades estabelecidas no Novo Mundo, a construção dessas cidades foi baseada na concepção de ordem. Essa visão difere da ideia de uma "cidade medieval orgânica". Nesse contexto, o território do Novo Mundo é percebido como um espaço de expansão do capitalismo.

sentido da propriedade, deixando à margem a cidade informal, como se ela não existisse. Nestes cenários, camelôs, ambulantes e lajes que se avolumam em habitações populares não existiriam. Contudo, Cordiviola ressalta que esse traço da cidade e Salvador não é exclusividade deste município, e tampouco constitui-se em uma estratégia perversa dos governantes, mas integra tão somente uma racionalidade construída fora do âmbito burocrático no qual se formaliza.

O segundo aspecto trabalhado por Cordiviola é o que este chamou de cidade letrada. A cidade dos pobres, da favela ou a cidade sub-normal foi objeto – e neste caso, de fato objeto no seu sentido utilitário – no campo da pesquisa pela própria Universidade, que ao tentar elucidar o lugar da informalidade na cidade “dentro de conceitos pretensamente universais, subtrai a particularidade, a potencialidade, as dinâmicas internas que, frequentemente, não podem ser explicadas pela matriz teórica utilizada” (Cordiviola, 2002, p. 39). Neste contexto apresentado pelo autor, a produção técnica da cidade letrada em relação à cidade informal une-se à concepção de cidade ordenada que finda por conferir uma visão oficial da cidade, sendo qualquer interpretação fora dela relegada ao campo do invisível.

Sennet (2018) em “Construir e Habitar” aborda uma suposta dicotomia entre “fazer e viver” a cidade, e, dialogando com esta perspectiva da “cidade ordenada”, chama atenção em relação à feitura dos planos da cidade a partir de uma concepção tecnocrática dos seus fazedores, institucionalmente legitimados (o arquiteto, o engenheiro etc.), mas que ignoram a dimensão informal de quem habita ou, em última análise, de quem faz a cidade. O direito à cidade, como categoria e campo de estudos abordado na obra de Lefebvre (1980, 1991) exhibe as marcas de presença e ausência que se evidenciam na experimentação do espaço público.

A cidade criativa: cultura e arquétipos na criação da imagem soteropolitana

A identificação feita da cidade Salvador como uma cidade cujo cenário cultural se apresenta de forma pulsante é um traço de sua contemporaneidade. É a partir dos anos de 1940, com a “Exposição de Arte Contemporânea” (refletindo o modernismo tardio na Bahia), a criação da Fundação de Desenvolvimento da Ciência por Anísio Teixeira (que trazia uma política de incentivo à cultura) e a criação do Departamento de Cultura como braço da Secretaria de Educação à época é que se percebe efetivamente um contexto favorável ao desenvolvimento do segmento cultural enquanto política pública. Nas décadas de 1950 e 1960, a criação do Teatro Castro Alves (1958), a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais no âmbito da Universidade Federal da Bahia em (1959) e do Museu de Arte Moderna (1960) fortalecem o desenvolvimento das linguagens artísticas. Miguez (2000) refere-se a este momento como “Renascença Baiana”.

Acrescentam-se a esse cenário, as próprias mudanças urbanas de Salvador e a mudança do polo econômico e político para sua região norte, com a criação do Centro Administrativo e de empreendimentos comerciais, cuja expansão muda o polo de desenvolvimento da cidade. Miguez (2002) ainda classifica outros dois momentos cruciais para o cenário cultural soteropolitano. A partir dos anos de 1970, há um crescente fortalecimento da cultura de matriz africana, a partir do trabalho grupos afro-carnavalescos, e no final desta mesma década o embrião de uma indústria de entretenimento local começa a se formar, cujos resultados podem ser observados em décadas seguintes, sobretudo se considerarmos a visibilidade da música baiana nos anos de 1980 e 1990. A associação da criatividade, da cultura e do conhecimento como impulsionadores do desenvolvimento econômico e social é, portanto, um conceito contemporâneo.

Mais recentemente o uso do termo “cidade criativa”, popularizado pelo economista Richard Florida (2002), tem sido amplamente discutido e aplicado em diferentes contextos, classificando como tal aquelas que valorizam e promovem a cultura, a arte, o design, a inovação e o empreendedorismo como elementos-chave para impulsionar o desenvolvimento urbano. Em cidades criativas pode-se observar a presença de um setor cultural pulsante, composto por profissionais das áreas de tecnologia, mídia, artes, design,

dentre outros. É especialmente relevante a visão de Furtado e Alves (2012) sobre as cidades criativas, que tratam da convergência entre políticas públicas, econômicas e sociais que estimulem a existência de espaços de criatividade nas cidades, dada a importância da administração pública neste processo.

Há, em diversas abordagens, uma dimensão no investimento em infraestrutura cultural, espaços públicos criativos, programas de incentivo à inovação, incubadoras de startups, dentre outras iniciativas. Claudia Leitão chama atenção para um aspecto relacionado ao uso do termo cidades criativas por países sul-americanos, caribenhos ou africanos, quanto à necessidade de “avançar em uma nova conceituação e em novos princípios que permitam a construção de um modelo, dos países em desenvolvimento, que possa servir de contraponto ao modelo dos países desenvolvidos” (Leitão, 2016, p. 97). A ideia de uma cidade criativa traz consigo uma perspectiva eurocêntrica cujas preocupações passam por temas como *copyright*, inovação e tecnologia, enquanto a realidade dos países do hemisfério sul convive com problemas precedentes de ordem estrutural (relacionados à energia, logística, importação de matéria prima etc.) e que devem estar presentes na equação que busca compreender a economia criativa dos territórios. A pesquisadora ressalta que as discussões no Brasil passam, necessariamente, por temas como diversidade cultural, inclusão social e sustentabilidade.

Assim como a cidade criativa europeia detém um conjunto particular de características, resultado do contexto sócio-histórico e econômico nos quais se inserem, a marca cidade também demanda por um conjunto de variáveis que sejam mais adequadas à realidade local, sob o risco de estarmos replicando instrumentos, abordagens e técnicas que desconsiderem as especificidades do lugar.

Salvador tem trabalhado sua imagem a partir da sua produção artística, atrelando-se fortemente ao campo da música, dança, literatura, bem como a partir da presença da cidade em produtos televisivos como novelas e demais produções audiovisuais, impulsionando a formatação de um imaginário de Salvador para públicos externos e visitantes. Historicamente, as políticas culturais de Salvador tiveram muita influência de ações empreendidas pelo governo do Estado, cabendo à gestão municipal intervenções urbanas pontuais. Ou seja, durante muito tempo, a preservação de sítios históricos e do patrimônio cultural da cidade se deu predominantemente pela ação estadual.

Historicamente, cultura e turismo têm sido trabalhados em uma mesma secretaria ou de forma articulada, e as políticas culturais empreendidas têm contemplado de forma majoritária a dimensão do turismo, a cidade para um outro. Nesta perspectiva mais vinculada ao turismo a circulação de signos e símbolos sobre a cidade reforçou características que delineiam um conjunto de arquétipos e de imagens, “calçado em sol, praia, patrimônio e cultura popular, o produto turístico “Salvador-Bahia”, cuja concepção geral ainda perdura, se concretiza, desde então, pela promoção de lugares de representação e de encontro com uma Bahia idealizada, alegre, colorida” (p. 77). Sobre o tema, Fernandes (2002, p. 65), enfatiza que Salvador vive uma ênfase talvez exagerada na busca de integração ao discurso presente na criação de um imaginário turístico”, sendo descrita como “fusão secular de etnias”, “capital da alegria” e “terra da felicidade”. A própria fusão entre cultura e turismo é, na visão da pesquisadora, nocivo ao desenvolvimento local, porque “privilegia o olhar do outro, o olhar de fora, o olhar insaciável em busca de identidades” (Ibidem).

Em 2015, a cidade de Salvador apresentou, por meio do Escritório Salvador Cidade Global, a candidatura para ser reconhecida como cidade da música. Para além dos esforços de *branding* observados recentemente, as bases para o aproveitamento da vocação musical de Salvador se deram ao longo de décadas. Em 1897, foi fundado o Instituto de Música da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e, na década de 1950, a Escola de Música da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Conservatórios, centros especializados em canto e a própria música que vem das ruas, constituíram uma dinâmica própria que ganhou contornos ampliados a partir dos parâmetros e lógica da indústria cultural e comunicação de massa.

Em 2016, Salvador foi contemplada com o título de “Cidade da Música”, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e passou a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco, que tem como objetivo “promover a cooperação internacional entre cidades para desenvolvimento urbano sustentável, inclusão social e aumento da influência da cultura no mundo”. A candidatura de Salvador teve como principal destaque a riqueza da música afro-brasileira presente na cidade, que se manifesta em diversas formas e estilos, como o samba-reggae, o axé, o ijexá, o afoxé, dentre outros gêneros musicais. A música é uma das sete áreas da Rede e Cidades Criativas, que inclui também artes folclóricas, artesanato, filme, gastronomia, literatura, design e artes midiáticas. O título fez com que Salvador se tornasse o primeiro município brasileiro a ser contemplado com a certificação.

As diretrizes para Salvador ser detentora do selo de cidade criativa dialoga com fatores observados em Florida (2011). O autor destaca três fatores principais que impulsionam a criatividade nas cidades: (i) talento (presença de uma força de trabalho altamente qualificada e criativa), (ii) tolerância (ambiente inclusivo e aberto a diversas expressões culturais, étnicas e sociais) e (iii) tecnologia (infraestrutura tecnológica e conectividade digital que promovem a colaboração e a inovação). A importância da inclusão e equidade é recorrente nas discussões sobre cidades criativas, o que nos remete aos atores sociais que devem promover políticas e práticas que garantam uma ambiência favorável à sua participação. A existência de grupos de indivíduos e coletivos criativos, por si só, não é garantidora de que as condições para que seja possível ser classificar como uma “cidade criativa”.

A cidade mercado: da mercantilização do espaço à especulação imobiliária

No período pós-redemocratização no Brasil, as forças políticas que se organizaram em prol do projeto de um país democrático tiveram a premissa de que a ação do Estado seria garantidora de igualdade e cidadania. Contudo, a realidade nas cidades brasileiras demonstrou, ao longo das últimas décadas, que, desde então, “tendências hegemônicas do urbanismo corporativo e neoliberal seguem (re)estruturando as cidades latino-americanas” (Figueiredo et al, 2019, p.21). O papel da administração pública de planejar as cidades conviveu com o que Ana Fernandes citou como “empreendimentos-marca” (Fernandes, 2013), em que o espaço urbano é ocupado e repensado a partir da presença de condomínios fechados (Le Parc, Alphaville e outros observados em Salvador) e bairros planejados por grandes corporações (Odebrecht, Gafisa, Cyrela etc.). Ivo (2012) abordou as formas arquitetônicas destes empreendimentos, entendidos como “comunidades fechadas”, cujo estilo estético foi importado, como um reflexo das soluções privadas aplicadas à crise urbana contemporânea. De forma complementar, a autora tratou a comunicação deste modelo de expansão imobiliária sob a ótica da distinção de classes e da garantia de segurança, estabelecendo um modelo de “negação da cidade real” (IVO, 2012, 141).

Esta perspectiva neoliberal está associada a um tipo de planejamento estratégico, que busca consensos entre o poder público e a iniciativa privada, ou seja, em torno de um modelo desenvolvimentista que implica em uma mercantilização do crescimento das cidades. Este processo orienta-se sob a lógica das políticas de disseminação global de desenvolvimento econômico, que usam ferramentas urbanísticas para transformar cidades em veículos promocionais para a circulação de capital. O fenômeno de “embelezamento das cidades contemporâneas”, ou de “espetacularização das cidades” (Jacques, 2014) traduz este esforço de inserção cidade em uma categoria mundial de cidades turísticas e culturais, tendo, portanto, a sua dimensão imagética como o ativo a ser trabalhado. Essa imagem, desejada pelos principais agentes (não apenas privados, mas também da administração pública), é criada não apenas por intervenções no espaço construído, mas também se dá por meio de uma variedade de mensagens simbólicas veiculadas pela publicidade e pela comunicação destes mesmos agentes. Essas ideias e formulações sobre a aparência e a

estrutura da cidade são reforçadas por meio de representações elaboradas por estratégias de marketing, que encontram amparo nas regulamentações e normas que regem a ocupação do espaço público.

Em 2004, por exemplo, a aprovação de um novo Plano Diretor Urbano em Salvador instituiu mecanismos que facilitaram ainda mais a apropriação do espaço urbano pelos interesses privados das empresas da construção civil. Depois desta aprovação, o Ministério Público da Bahia moveu uma ação contra a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), exigindo que ele fosse revisto. O motivo alegado foi a falta de participação popular no processo de elaboração, além de problemas técnicos. A migração do planejamento estratégico empresarial para a realidade das cidades tornou-se uma prática que se evidencia também em planos de segmentos específicos, como turismo ou cultura, por exemplo, que insere estes campos e a própria cidade em uma lógica de resultados. O modelo de gestão empresarial aplicado à cidade, em que as práticas de planejamento e gestão urbana são orientadas pela lógica empresarial de maximização de lucros e redução de custos, pode ser observado também em Salvador nas administrações municipais pós-redemocratização, em que as diferentes abordagens sugerem visões de cidade que, embora distintas, trazem esta perspectiva da cidade de Salvador inserida em uma lógica mais ampla de um “mercado de cidades”.

Faz-se necessário notar, nesta perspectiva, a emergência de uma nova lógica empresarial na gestão urbana, que valoriza a eficiência, a flexibilidade e a competitividade em detrimento de outras dimensões do espaço urbano (Castells, 1983), e que posiciona a cidade como um espaço de acumulação de capital e destaca o papel do capital financeiro e do mercado imobiliário na organização urbana contemporânea (Harvey, 1992). Sob outro ponto de vista, Lynch nos trouxe a perspectiva dos habitantes sobre a cidade, de como os seus moradores a percebiam. Essa de fato é uma variável central para os estudos sobre marcas cidade, uma vez que as práticas sociais que conferem a um lugar esta ou aquela imagem são desempenhadas pelos indivíduos presentes no espaço.

Contudo, há de se considerar também que há um componente ideológico na construção do espaço urbano e em sua representação para além da visão dos seus moradores ou mesmo visitantes temporários. O próprio Castells nos lembra que “toda ideologia racionaliza certos interesses” (Castells, 2013, p. 259), o que, no caso das cidades, evidencia-se sobretudo pela dimensão político institucional que posicionam os governos locais como mediadores destes sentidos. As intervenções feitas no espaço urbano de Salvador, as prioridades da gestão ou mesmo a forma como foi feita a promoção para o turismo, por exemplo, são exemplos de como esta componente governamental tem repercussão no desenho da cidade e como ela se projeta em termos de imagem.

Conclusão

O estudo da cidade de Salvador revela um percurso histórico repleto de significados e transformações que moldaram sua identidade urbana. A análise focou em três tipos distintos de cidade: a cidade fortaleza, a cidade criativa e a cidade mercado, cada uma representando fases e características marcantes na evolução de Salvador. A cidade de Salvador desempenhou papel estratégico na defesa do território colonial português, visível até hoje na infraestrutura urbana no centro da cidade e na disposição geográfica que delineiam a paisagem urbana.

No contexto contemporâneo, Salvador busca se posicionar como nó de uma rede de cidades criativas. A criatividade é vista como um motor para o desenvolvimento urbano, promovendo a valorização do patrimônio cultural e a inovação. Eventos culturais, manifestações artísticas e o turismo cultural são pilares que reforçam a imagem de Salvador como um polo de criatividade e expressão cultural. Paralelamente, Salvador enfrenta os desafios da mercantilização do espaço urbano, onde as dinâmicas econômicas e interesses imobiliários influenciam fortemente a configuração da cidade. A especulação imobiliária e a valorização econômica de áreas específicas moldam a cidade mercado, criando tensões

entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos aspectos culturais e históricos. A complexidade de Salvador reside na coexistência destas dimensões, que se entrelaçam e materializam a sua identidade urbana. Se pensarmos em uma marca para a cidade, visualizaremos diferentes sentidos construídos ao longo do tempo, em que distintas tipologias moldam a sua identidade.

Referências

- Anholt, S. (2010). *Identity, Image and Reputation*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Britto, L., Mello, M., & Matta, R. (2017). *O processo de transformação urbana de Salvador-BA*. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE, 2(37), 111-127.
- Carvalho, I., & Corso-Pereira, G. (2013). *A cidade como negócio*. EURE, 39(118), 5-26. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19627538002>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- Coelho Neto, E., Lhamas, F. A. M. P., & Ferreira, F. A. (2021). *A cultura como valor na imagem de lugares: a influência cultural do Brasil*. Revista Extraprensa, 14(2), 228-246. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.186614>
- Cordiviola, A. R. (2002). *Quem faz Salvador uma Cidade Invisível*. In A. M. C. Luz (Org.), Quem Faz Salvador? (pp. 35-40). Salvador, BA: UFBA.
- Espinheira, C. G. D. (2002). *A cidade invisível e a cidade dissimulada*. In P. C. Lima & A. M. C. Luz (Orgs.), Quem faz Salvador? (pp. 24-34). Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia.
- Fernandes, A. (2011). Agenda de gestão urbana participativa versus elite política conservadora: o caso de Salvador. Cadernos Metrópole, 11(22).
- Fernandes, A., Vasconcelos, P. A., & Lemos, A. (2022). *Cidades e Inteligência*. In M. Barral Neto (Org.), Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Bahia (Vol. 1, pp. 1-17). Salvador, BA: Academia de Ciências da Bahia.
- Figueiredo, G. C., Amorim, N. C. R., & Moreira, T. (2019). Cidade de Salvador: o desencontro entre a política e o urbano. In H. Gomes, O. Serra, & D. Nunes (Eds.), *Salvador e os descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: construindo novas possibilidades* (pp. 19-58). Salvador, BA: EDUFBA.
- Florida, R. (2002). *The Rise of the Creative Class, and how it is transforming leisure, community and everyday life*. New York, NY: Basic Books.
- Furtado, G., & Alves, S. (2012). *Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitetura: mais uma estratégia a concertar*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 99, 125-140. Disponível em: [link]. Acesso em: 03 mar. 2023.
- Hardt, M., & Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Massachusetts, MA: Harvard University Press.
- Harvey, D. (2001). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, SP: Annablume.
- Ivo, A. B. L. (2001). *Metamorfoses da questão democrática: Governabilidade e pobreza* (1ª ed., Vol. 1). Buenos Aires, Argentina: CLACSO/ASDI.
- Jacques, P. B., et al. (2014). *Salvador, cidade do século XX: a partir das memórias de Pasqualino Romano Magnavita*. Revista Redobra, 14, 89-131. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/>. Acesso em: 5 out. 2022.
- Leitão, C. S. (2016). *O Destino das Cidades ou as Cidades como Destino: Uma Reflexão sobre Cidades Criativas a partir de Políticas Públicas Culturais*. Revista Interdisciplinar de Gestão

Social, 5(2). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12510>. Acesso em: 26 dez. 2023. Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (R. E. Frias, Trad.). São Paulo, SP: Centauro.

Maricato, E. (2013). *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Miguez, P. C. (2000). *Periodizando a cultura baiana no novecentos: uma tentativa preliminar*. Salvador, BA: UNIFACS.

Pedro, L. (2017). *Cabeça do Brasil: a cidade do Salvador e os caminhos da capitalidade na Bahia (1481-1808)* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA.

Pereira, G. C., Silva, S. B. M., & Carvalho, I. M. M. (Orgs.). (2017). *Salvador no século XXI: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas cenários e desafios*. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital.

Reis, A. C. F. (2012). *Cidades criativas: da teoria à prática*. São Paulo, SP: Sesi-SP Editora. Sampaio, A. H. L. (2002). PLANDURB. In P. C. Lima (Org.), *Quem faz Salvador?* (1ª ed.). Salvador, BA: EDUFBA.

Santos, M. (1956). *O papel metropolitano da cidade do Salvador*. Revista Brasileira dos Municípios, 35/36, 185-190.

Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, and Tokyo* (2ª ed.). Princeton, NJ: Princeton University Press.

Sennett, R. (2018). *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Souza, Â. G. (2001). *Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re) Qualificando a questão para Salvador-BA*. Cadernos metrópole, 5, 63-89.

Teixeira, F. (2006). *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador–PDDU/2006: estrutura e conteúdo da minuta da lei*. Revista VeraCidade, 1, dez.

Artigo Científico – e-metropolis, Rev. Eletrônica de Est. Urb. e Regionais | v. 15 | Ano 2024

Recebido em 4 de julho de 2024

Publicado em 17 de dezembro de 2024